

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

MENSAGEM AOS ACIONISTAS E CLIENTES

Para a Cesan, transparência e ética são valores que transformam para melhor nossa vida em sociedade e preparam um futuro digno para as próximas gerações. Nesse contexto, além de cumprir disposições legais e estatutárias, a Empresa traz a público as informações econômicas e financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, que integram o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Pareceres do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Auditoria Independente.

A Cesan orienta suas atividades pelo planejamento estratégico, com objetivos claros e compatíveis com as demandas da sociedade. Dentre as metas, destacam-se manter a universalização do abastecimento de água, acompanhando o crescimento da população e a formação de novos núcleos urbanos nos 52 municípios atendidos pela Companhia, além de elevar a cobertura com serviços de coleta e tratamento de esgoto de 51% para 70% da população até 2018 nessas áreas, atingindo a universalização até 2030.

Em 2014 a gestão da Cesan foi voltada para o equilíbrio financeiro, com foco nos clientes e sustentação dos investimentos. A Cesan fechou o Balanço com resultados positivos. O lucro líquido obtido no período foi de R\$ 100.734 milhões, enquanto em 2013 foi de R\$ 70.747 milhões.

Os investimentos realizados para ampliar a cobertura de esgoto tratado e melhorar o abastecimento de água na Região Metropolitana da Grande Vitória e no interior do Estado somaram R\$ 208,4 milhões, totalizando R\$ 888,4 milhões entre 2011 e 2014. Em 2015, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 150 milhões.

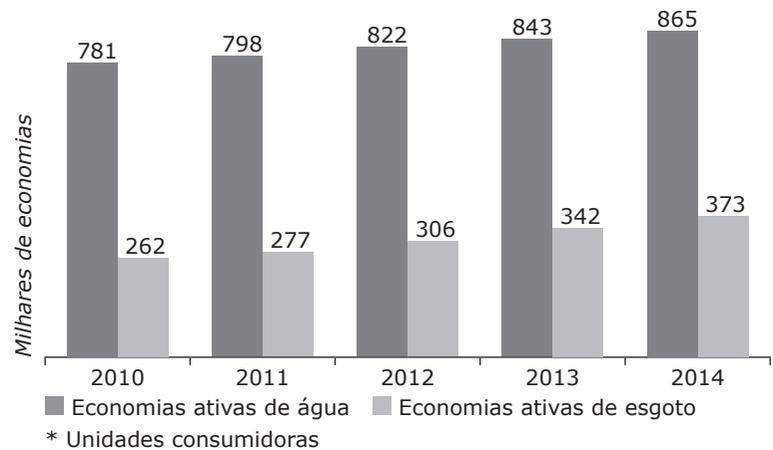
O processo de planejamento estratégico vem possibilitando que toda a Companhia trabalhe de forma harmoniosa, proporcionando a obtenção de bons resultados, levando à efetividade o processo de evolução da Cesan e o cumprimento de sua missão de prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, buscando a satisfação da sociedade, dos clientes, acionistas, empregados e fornecedores.

Ao conjunto acertado de decisões e ações de natureza econômica e financeira estão sendo agregadas ações complementares de natureza institucional, operacional e administrativa, capazes de conduzir a Empresa aos padrões necessários para atingir sua visão de futuro: "ser excelência no setor de saneamento do Brasil".

MERCADO

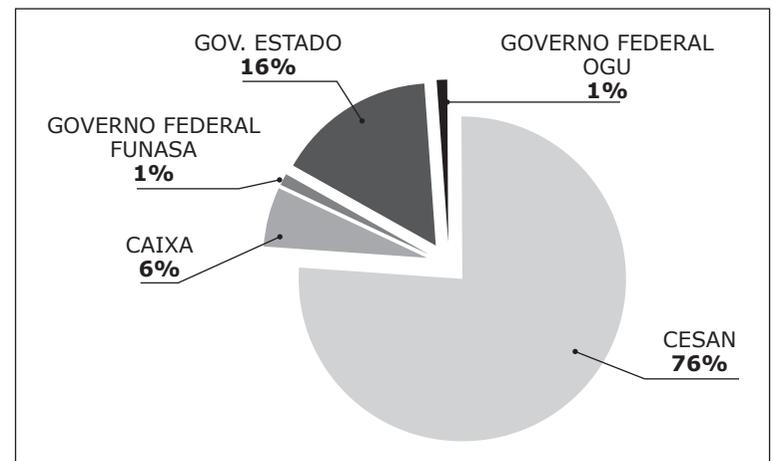
Em 2014, a Cesan abasteceu 2,1 milhões de pessoas com água tratada e atendeu 909 mil com coleta e tratamento de esgotos. Somente em 2014, agregou 22 mil novos domicílios à rede de água e mais de 31 mil domicílios à rede de esgoto, utilizando um total de 7.286 km de redes de água e 2.162 km de redes coletoras de esgoto. A Companhia possui uma cobertura de 98% da população em sua área de atuação com adequados serviços de abastecimento água e 50% com serviços de esgotamento sanitário.

Economias* ativas de água e esgoto



Do investimento total de R\$ 208,4 milhões realizados em 2014, R\$ 158,9 milhões foram provenientes de recursos próprios da Cesan; repasses do Governo do Estado de recursos recebidos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Orçamento Geral da União (OGU), R\$ 3,4 milhões; R\$ 12,2 milhões do saldo remanescente dos aportes do Estado no exercício de 2013; R\$ 13,4 milhões de financiamentos da Caixa Econômica Federal (CEF) e R\$ 20,5 milhões de recursos do ICMS sobre Energia Elétrica.

Fontes de Recursos - 2014



Foram aplicados R\$ 92,6 milhões em obras de abastecimento de água, R\$ 85,4 milhões em obras de esgotamento sanitário e R\$ 18,5 milhões em ações de desenvolvimento institucional e operacional, além de R\$ 11,9 milhões em aquisição de ativos necessários aos processos industriais.

Investimentos Realizados (Em milhões R\$)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Abastecimento de Água	74,32	64,11	63,70	53,60	100,66	92,57
Esgotamento Sanitário	169,98	172,24	138,32	119,50	103,01	85,37
Desenvolvimento Institucional/Operacional	39,23	14,86	14,84	26,42	31,34	18,52
Ativos fixos	5,40	8,46	7,16	8,67	12,68	11,98
TOTAL	288,92	259,67	224,02	208,19	247,70	208,44

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Dos recursos aplicados em obras de melhorias e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que levaram benefícios a cerca de 2,1 milhões de habitantes, destacam-se os seguintes empreendimentos realizados:

Plano de Investimento 2014 15 Maiores Realizados

Empreendimento	Realizado
EXPANSÃO DE REDES E LIGAÇÕES DE ÁGUA.....	28.004.455
EXPANSÃO DE REDES E LIGAÇÕES DE ESGOTO.....	12.313.186
AMPLIAÇÃO DO SES DE NOVA VENÉCIA	10.343.175
COMPLEMENTAÇÃO DO SES GUARAPARI - CENTRO	7.355.751
AMPLIAÇÃO DO SAA DE GUARAPARI SEDE (REDE, RESERVATÓRIO DA ETA, ADUTORA) BENEVENTE X JABOTI	7.249.952
IMPLANTAÇÃO / AMPLIAÇÃO SES DE VILA VALÉRIO (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO)	7.043.587
SES CARAPEBUS	6.342.317
SES JARDIM LIMOEIRO E ADJ	6.265.003
ADUTORA DE ÁGUA TRATADA DE GUARAPARI - ATENDER MEAÍPE, ENSEADA AZUL E ADJ.....	6.249.885
SES PINHEIROS	6.062.465
AMPLIAÇÃO DO SAA DE JACARAÍPE E NOVA ALMEIDA ..	4.337.223
AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE RESERVAÇÃO DE ÁGUA VITÓRIA	4.239.065
SES AFONSO CLAUDIO.....	4.181.552
SES DE PANCAS	4.008.914
COMPLEMENTAÇÃO DA ADUTORA DN 800 AV. CARLOS LINDEMBERG: 973 M SESC X IBES E 749 SANTA INÊS X GLÓRIA	3.622.585
DEMAIS EMPREENDIMENTOS	90.817.516

Legendas: SES – Sistema de Esgotamento Sanitário
SAA – Sistema de Abastecimento de Água

SANEAMENTO RURAL

O Pró-Rural – Programa Especial para Comunidades Rurais, criado em 26 de abril de 1991, através da Resolução Cesan Nº2745/91, atua na elaboração de projetos e execução de obras de implantação, melhoria e ampliação de sistemas de água e esgoto nas localidades de pequeno porte. Os projetos são elaborados através de contratos custeados com recursos próprios Cesan e as obras são realizadas com recursos diretos do Governo do Estado ou através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb) em parceria com as Prefeituras Municipais.

A gestão e operação dos sistemas de água e esgoto implantados pelo Programa Pró-Rural são realizadas por moradores da própria comunidade, que recebem treinamento e suporte técnico da Divisão de Saneamento Rural da Cesan. Há cobrança de tarifa entre os usuários, a qual é totalmente realizada e utilizada pela gestão comunitária para manutenção e operação dos sistemas. O município por vezes atua no suporte financeiro à operação e manutenção. A Cesan realiza suporte técnico ao tratamento e à mobilização da comunidade para autogestão, treinamento dos operadores indicados pela comunidade, além de suporte eletromecânico em equipamentos e automatização de sistemas.

O investimento realizado com recursos próprios na Elaboração de Projetos de sistemas de água e esgoto em 2014 foi de **R\$ 885.676,00**.

Projetos Elaborados em 2014:

Item	Município	Localidade	Tipo
1	Santa Teresa	Alto Caldeirão	Água
2	Montanha	São Sebastião do Norte	Água

- Demanda da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), para atendimento às escolas nos assentamentos rurais:

Item	Município	Localidade	Tipo
1	Pancas	Madre Cristina	Água
2	Nova Venécia	Assentamento Celestina	Água
3	Ponto Belo	Otaviano Rodrigues de Carvalho	Água
4	Linhares	Sesínio Fernandes de Jesus	Água
5	Montanha	Adriano Machado	Água
6	Montanha	Oziel Alves	Água
7	Pedro Canário	Castro Alves	Água
8	Conceição da Barra	União (Pontal de Jundiá)	Água
9	Montanha	Bela Vista	Água
10	Montanha	Francisco Domingos Ramos (Jacuba)	Água
11	Pinheiros	Nova Vitória / 11 de Agosto	Água
12	Santa Teresa	Tomazzini	Água
13	Montanha	Córrego Balão	Água

Obra finalizada em 2014:

- Melhoria e ampliação do sistema de água na localidade de Cidade Nova da Serra, no município de Serra - valor investido em 2014 foi de **R\$ 572.185,00** - recurso próprio da Cesan. Este sistema será operado pela Companhia;

Obras em execução em 2014 - utilização dos recursos provenientes da isenção do imposto referente ao ICMS sobre a energia elétrica por decisão do Governo do Estado, conforme Decreto Nº 3364-R, de 15/08/2013 (alterações no RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1090-R, 25/10/2002), totalizando **R\$ 2.742.845,00** investidos em 2014:

- Água: nas localidades de Limoeiro (Castelo); Camará (São Gabriel); Muqui; Boa Vista e São Luiz Rei (Nova Venécia), Monte Carmelo (Alto Rio Novo) e São Miguel (Guarapari);
- Esgoto: na localidade do Km 20 (Boa Esperança).

Durante o ano de 2014 o Programa Pró-Rural figurou no Planejamento Estratégico do Governo do Estado através do Projeto Prioritário "Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Sistemas de Saneamento (água e esgoto) em Localidades de Pequeno Porte", cujas metas e desempenho foram acompanhados periodicamente pelo Escritório de Projetos da Secretaria Estadual de Planejamento (Sep).

(NOTA: os valores apresentados representam somente a parcela de recursos investidos no ano de 2014).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

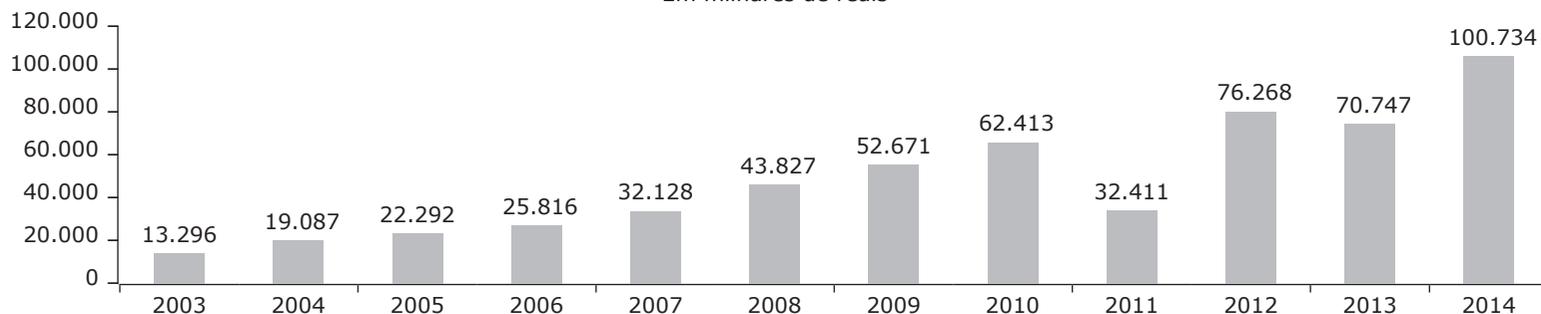
O resultado apresentado pela Cesan no exercício de 2014 foi de R\$ 100.734 milhões, valor 42,39% maior que o lucro do exercício de 2013. A trajetória de sucessivos resultados positivos da Companhia, iniciada em 2003, demonstra a melhoria nos processos de gestão financeira e contábil, cujas decisões coerentes e ações acertadas vêm garantindo a sustentabilidade do crescimento, demonstrando que o controle público associado a uma gestão eficaz é capaz de consolidar a união da responsabilidade social com a rentabilidade do negócio.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Lucro Líquido

Em milhares de reais



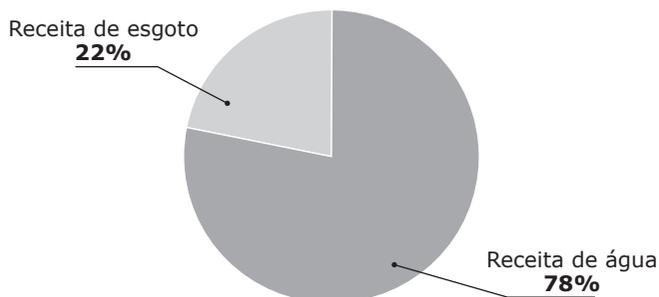
Tais resultados proporcionam à Cesan uma posição favorável no cenário financeiro, com condições de contratação de empréstimos juntos às instituições competentes, complementando a geração de recursos internos na expansão dos serviços. O cenário confirma-se pelos investimentos programados, cujos recursos já estão assegurados junto à Caixa Econômica Federal e em fase de contratação com o Banco Mundial.

No exercício de 2014 foi totalmente quitado financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gerando aumento da liquidez e conseqüentemente abrindo margem de endividamento para contratação de novos financiamentos para realização de novos investimentos.

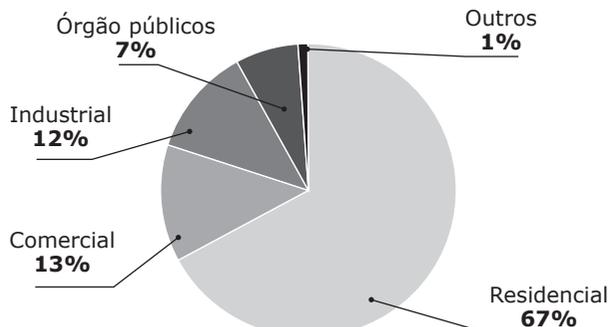
RECEITAS

A receita operacional bruta atingiu o patamar de R\$ 681.889 milhões, 15,09% mais do que os R\$ 592.475 milhões de 2013. A receita dos Serviços de Abastecimento de Água aumentaram 11,53% em relação ao exercício de 2013, com o aumento do número de clientes da Companhia, que passou a atender a mais 22 mil novas unidades consumidoras, enquanto as receitas do Serviço de Esgotamento Sanitário aumentaram 29,75%, com o incremento de 31 mil novas economias, demonstrando que os investimentos realizados pela Cesan em obras de esgotamento sanitário, nos diversos municípios onde atua, estão gerando resultados positivos para a organização.

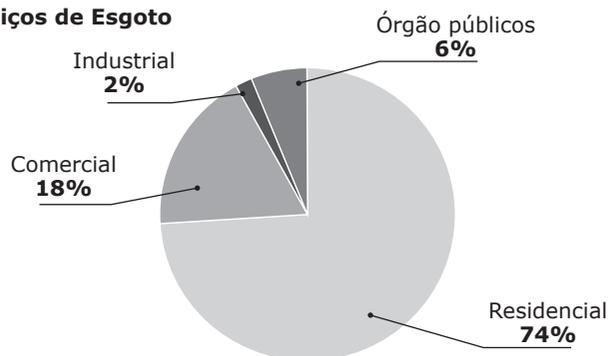
Receitas Totais



Serviço de Água



Serviços de Esgoto

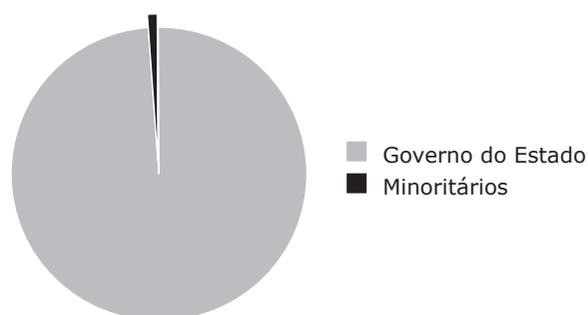


Margem Ebitda

Com isso, o Ebitda apresentou uma variação de 30,18% em relação a 2013, atingindo o montante de R\$ 205.766 milhões, o que demonstra o resultado do empenho realizado pela Empresa para aumentar sua eficiência financeira, operacional e institucional.

Capital Social

Desde 2003 o Governo do Estado destina recursos anualmente à Cesan para aumentar a capacidade de investimento da Companhia. Os repasses são feitos através dos Créditos de Acionistas, incluindo a reversão dos dividendos a que o Governo tem direito em aumento do capital social fazendo com que sua participação acionária seja de 99,74%, restando 0,26% aos acionistas minoritários.



DESEMPENHO INSTITUCIONAL

A Cesan foi criada pela Lei nº 2.282/67, regulamentada pelo Decreto nº 2.575/67 e alterada pela Lei nº 9.772/2011. Atua na captação, tratamento e distribuição de água e na coleta e tratamento de esgotos em 52 municípios do Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessões e de programa com os municípios. Sua atividade compreende também, a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto.

Além das medidas de controle de despesas e investimentos em obras prioritárias, a Empresa buscou ganhos de produtividade e aprimoramento de seus processos gerenciais. Por exemplo, a redução das perdas totais de água por ligação, que vêm caindo continuamente nos últimos anos, e o aumento do número de ligações ativas por empregados

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

(próprios e terceiros) no mesmo período. No tocante ao atendimento a clientes, visando à melhoria contínua da prestação dos serviços, a Empresa vem fazendo uso sistemático de atendimento telefônico via *Call Center* e presencial nos escritórios de atendimento, aprimorando seus procedimentos e suas estruturas físicas para redução do tempo de espera e de atendimento aos clientes.

QUALIDADE

A utilização de políticas de qualidade que conduzam a excelência de produtos e serviços é uma realidade na Cesan. Presente na sua visão de futuro, de "Ser excelência no setor de saneamento do Brasil", a empresa mantém seu programa de Gestão pela Qualidade, dentro do Modelo de Excelência de Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), traduzidos para o setor de saneamento pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes).

A utilização de programas de qualidade que conduzem à busca da excelência dos serviços é uma realidade em diversas unidades da Cesan desde 1999 e ganharam abrangência corporativa desde 2011. Os resultados da implantação do MEG se refletem na conquista de prêmios estaduais (Prêmio Qualidade Espírito Santo - PQES) e nacionais (Prêmio Nacional Qualidade em Saneamento - PNQS). Entre os vencedores, destacam-se os sistemas de São Gabriel da Palha e Santa Maria (Serra), em 1999, Conceição da Barra e Jucu (Vila Velha) e Santa Teresa, em 2000, Mantenedores e Pinheiros, em 2001, Venda Nova do Imigrante, em 2002, Afonso Cláudio e Pedro Canário, em 2003, Fundão, em 2004, Piúma e Montanha, em 2008, Gerência de Coleta e Tratamento de Esgoto e Gerência de Distribuição de Água em 2010, 2011 e 2012. Destaca-se também a Gerência de Distribuição de Água que conquistou o troféu Ouro, Nível II no PNQS, em 2013. De forma corporativa, a Cesan foi premiada em 2011 com o troféu bronze Nível I do PNQS e, em 2014, com o troféu prata Nível II do PNQS e troféu ouro do PQES, demonstrando uma evolução em sua gestão.

Visando aperfeiçoar processos e relações com os clientes, a Cesan implantou Sistemas de Gestão da Qualidade de acordo com rigorosos requisitos de normas internacionais. Foi conquistada a Certificação na Norma ISO 9001:2008, em 2006, pela Gerência de Pesquisa e Controle de Qualidade, em 2010, pela Gerência de Relações com o Cliente, com os Escritórios de Atendimento ao Cliente da Região Metropolitana da Grande Vitória e Atendimento Telefônico (Call Center), e, em 2011, pela Gerência de Engenharia de Serviços, com o Centro de Controle Operacional. Em 2014, essas três Unidades conquistaram a recertificação, sendo que a Gerência de Relações com o Cliente ampliou seu escopo incluindo o Atendimento Eletrônico (Canal Fale Conosco) e o Atendimento de Demandas dos Órgãos de Defesa do Consumidor. Também em 2014 as Gerências de Recursos Humanos e de Logística (Divisões de Licitação e Transporte) foram certificadas na Norma ISO 9001:2008. Em 2013, a Gerência de Controle da Qualidade iniciou a implantação dos requisitos para Acreditação na Norma ISO/IEC 17025:2005, prevista para 2015.

A Cesan realiza também um controle sistemático da qualidade da água, desde sua captação no manancial passando pelo sistema de tratamento (ETAs) até a chegada ao consumidor. Também monitora os esgotos no sistema de tratamento (ETEs) até o lançamento do efluente limpo nos corpos receptores, a fim de avaliar o impacto no meio ambiente e garantir a conformidade dos sistemas com os padrões ambientais vigentes.

O sucesso da gestão de uma empresa depende de uma série de fatores onde se busca as melhores práticas para gerar melhores resultados. A inovação é um dos caminhos que a Cesan percorre para conseguir um novo diferencial competitivo. A cultura da inovação na Cesan é um dos pilares para buscar a excelência da gestão, uma vez que o surgimento de novas ideias permite a diferenciação no mercado, através do desenvolvimento de novos projetos e práticas para melhoria dos processos. Por isso, com o objetivo de promover a melhoria contínua dos processos e valorizar a força de trabalho, desde 2007 a Cesan promove anualmente o Encontro de Inovação onde os empregados são incentivados a inscrever trabalhos que são reconhecidos através de premiações. Com este mesmo propósito, os empregados também são incentivados a inscrever suas ideias e trabalhos nos Prêmios ligados à gestão e ao setor de saneamento, como Prêmio de Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo (Inoves) e o Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (PSQT).

RECURSOS HUMANOS

A Cesan tem em seu quadro de pessoal 1.529 empregados, sendo 1.145 lotados na Grande Vitória e 384 no interior do Estado. O Plano de Carreiras e Remuneração da Cesan, implantado em 2006, foi reformulado em 2014 e nele estão contidas diretrizes e políticas de gestão de pessoas, como estrutura de carreiras, promoções, avaliação de desempenho, movimentação interna, descritivo de funções e tabela salarial.

A empresa realiza ações de capacitação e desenvolvimento de seus empregados, estagiários, aprendizes e gestores, visando à formação, atualização e aperfeiçoamento profissional. Essas ações envolvem a integração de novos profissionais à empresa, o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e gerenciais, o incentivo à educação formal continuada e a capacitação necessária para implantação e manutenção de projetos institucionais. Todas essas ações têm como principais objetivos a promoção da cultura de excelência empresarial e a valorização da força de trabalho.

São mantidos ainda diversos programas de bem estar dos empregados, que resultam em retenção de talentos, aumento de produtividade e qualidade dos serviços, dentre os quais se destacam a capacitação profissional, programa de apoio e orientação ao dependente químico, atendimento psicológico ao empregado e seus familiares, plano de assistência médica e odontológica, preparação para aposentadoria, readaptação funcional, entre outros.

A política de valorização dos empregados é reforçada pelos planos de complementação de aposentadoria administrados pela Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan (Faeces), criada em dezembro de 1994 e que atualmente conta com 1.941 associados, sendo 849 ex-empregados ou pensionistas que recebem benefícios previdenciários.

A construção do modelo voltado para processos e resultados com qualidade introduziu mudanças que atendam a demanda e a evolução organizacional, no sentido de oferecer mais eficiência e competitividade empresarial.

MEIO AMBIENTE E COMUNIDADE

A Cesan considera a necessidade de compatibilizar suas ações com a conservação do meio ambiente. Todas as atividades e serviços da Empresa devem estar em harmonia com o Meio Ambiente, visando a sua recuperação e preservação para as gerações futuras, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Para avaliar os impactos das atividades da Cesan nas mudanças climáticas, nos últimos anos foram elaborados inventários de emissões de gases do efeito estufa referentes aos anos de 2009, 2012 e 2013. Como ação mitigatória, para atenuar o impacto das emissões, a Cesan realizou, em 2013, o plantio de 192 árvores para compensar 95,8 toneladas de emissões de gases do efeito estufa provenientes do transporte de empregados (modalidade viagem aérea) dos anos de 2010 e 2011. Está em fase de planejamento ações para compensar parte das emissões geradas nos anos de 2012 e 2013.

A Empresa concluiu a construção da Unidade Gerenciadora de Lodo (UGL), com investimento de R\$ 357,73 mil. Essa unidade permitirá o processamento de 2.400 toneladas por ano desse resíduo e transformá-lo em adubo para uso na agricultura.

Esse investimento foi embasado em uma pesquisa de três anos, realizada pela Companhia, em convênio com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), que comprovou a viabilidade econômica e técnica do uso do lodo de esgoto como adubo orgânico na agricultura. O estudo foi realizado em culturas de cana-de-açúcar, café, eucalipto, goiaba e abacaxi.

Para melhorar a destinação do lodo gerado nas Estações de Tratamento de Água (ETA) da Cesan, foi construída uma unidade modelo de processamento de lodo na ETA Caçaroca, no município de Vila Velha. Por ano são recolhidas 45,21 toneladas de lodo nessa unidade e destinadas para aterro sanitário.

A Cesan desenvolve ações socioambientais nas comunidades onde atua e de educação ambiental nas escolas. Entre as atividades estão visitas às estações de tratamento, ações educativas em unidades de conservação, feiras ambientais, entre outras.

Para reduzir os impactos e transtornos causados por obras de implantação das redes de água e esgoto nas comunidades, a Cesan faz reuniões com os moradores desses locais para informar e sensibilizar. Os técnicos da empresa esclarecem sobre a importância das obras de saneamento para a saúde e o meio ambiente, e repassam informações sobre os empreendimentos, abrangência, valores e prazos.

A empresa também trabalha junto aos seus clientes os aspectos comerciais da implantação de cobrança de tarifa pelos serviços. A Cesan desenvolve ainda projetos de trabalho técnico social como requisito para contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal. Esses projetos têm como objetivo preparar a comunidade beneficiada para receber o empreendimento de saneamento, através de ações de comunicação social e mobilização que envolve as comunidades da área diretamente afetada pelo empreendimento.

O programa Se Liga na Rede é uma iniciativa da Cesan para mobilizar a população a efetivar as ligações dos imóveis à rede pública coletora

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

de esgoto implantada na Grande Vitória. Em cada comunidade onde o sistema está liberado são promovidos encontros comunitários com as lideranças e representantes da Companhia vão de porta em porta explicar o custo-benefício da ligação, com o objetivo de estimular os moradores a tomarem a iniciativa de ligar. Ao todo estão disponíveis 64.842 ligações e foram realizadas nove mil ligações gratuitamente pela Companhia para moradores em bairros populares em que a renda da família seja de até R\$ 1.438,47 por pessoa.

Os recursos para fazer essas ligações são provenientes da desoneração da conta do ICMS da energia elétrica gasta pela companhia, que foram liberados pelo Governo do Espírito Santo. Em 2012 e 2013, entre gratuitas e ligações feitas por conta própria, mais 54.524 domicílios foram ligados, o que significa mais 23.554.368 litros de esgoto tratados por dia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A exemplo do Programa de Saneamento Rural (ProRural), a Cesan realiza outros projetos e programas visando ao fortalecimento da responsabilidade social da organização. A Empresa concede descontos sobre as tarifas de água e esgoto para instituições filantrópicas e estabelecimentos hospitalares sem fins lucrativos ou que realizem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O desconto nas tarifas é de 50% para entidades filantrópicas e pode chegar a 30% para hospitais. O valor mensal destinado para subvenção é limitado a 0,5% da receita operacional da Cesan. A Companhia oferece ainda a Tarifa Social como forma de ampliar o acesso da população de baixa renda ao saneamento, que recebe descontos de até 60% sobre as tarifas normais.

PERSPECTIVAS

A Empresa seguirá firme no propósito da universalização dos serviços, ampliando os níveis de atendimento com água tratada, coleta e tratamento de esgotos na região em que já atua e na busca por novas con-

cessões e negócios. Atuará para manter a solidez financeira necessária à prestação de serviços de qualidade, que garantam a satisfação dos clientes com adequados níveis e estrutura de tarifas.

Continuará investindo na modernização da empresa, implementando novas tecnologias em gestão e processos, promovendo ações para minimizar perdas operacionais, investindo em programas de formação e capacitação de seus profissionais.

Pesquisas de opinião demonstram que a empresa está no caminho certo. De acordo com a última pesquisa anual de satisfação do cliente, 83,6% dos clientes aprovam os serviços prestados pela Cesan.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Carlos Coser Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz
Robson Leite Nascimento José Alves Paiva
Valdir Klug Nildo Antônio Leite de Mendonça

DIRETORIA EXECUTIVA

Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz
Presidência

Sandra Sily
Diretoria de Operação Metropolitana

Carlos Fernando Martinelli
Diretoria de Operação do Interior

Anselmo Tozi
Diretoria de Meio Ambiente

José Eduardo Pereira
Diretoria de Relações com o Cliente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	7.745	85.493
Valores Mobiliários	5	3.482	-
Créditos e contas a receber de usuários	6	127.440	101.267
Estoques de Materiais		3.655	3.997
Impostos a recuperar	7	17.449	15.452
Adiantamentos e Convênios	8	21.318	27.343
Total do ativo circulante		181.089	233.552
Não circulante			
Créditos e contas a receber de usuários	6	3.971	3.674
Adiantamento e Convênios	11	2.699	-
Depósitos judiciais	19	36.729	38.039
Aplicações financeiras - Em garantia	10	-	2.212
Contratos de concessões indenizáveis	14	92.558	88.362
Investimentos		95	95
Imobilizado	12	35.802	34.177
Intangível	13	2.085.775	1.958.630
Total do ativo não circulante		2.257.629	2.125.189
Total do Ativo		2.438.718	2.358.741

Passivo	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Circulante			
Fornecedores	15	46.753	38.992
Empréstimos e financiamentos ..	16	11.307	15.283
Juros sobre capital próprio	25	57.473	42.975
Participação de empregados	25	11.062	10.081
Contribuições para FAECES	20	4.886	5.127
Impostos e contribuições a recolher	17	10.472	9.358
Salários e Encargos a pagar	18	27.010	25.346
Provisões	19	3.011	3.349
Outras contas a pagar		154	1.920
Total do passivo circulante		172.128	152.431
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos ..	16	152.021	185.320
Impostos e contribuições a pagar		-	732
Impostos diferidos	9	36.676	37.442
Provisões	19	43.671	46.163
Contribuições para FAECES	20	21.763	15.848
Créditos de acionistas	21	3.086	104.090
Plano de Aposentadoria	20	57.406	69.331
Subvenções para investimento ..	22	32.431	28.466
Outras contas a pagar		-	110
Total do passivo não circulante		347.054	487.502
Patrimônio líquido	25		
Capital social		1.767.211	1.593.089
Ajuste de Avaliação Patrimonial ..		55.073	47.370
Reserva de lucros		97.252	78.349
Total do patrimônio líquido		1.919.536	1.718.808
Total do passivo		519.182	639.933
Total do passivo e patrimônio líquido		2.438.718	2.358.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida.....	26	618.927	555.639
Custos dos serviços de abastecimento de água.....		(150.768)	(135.276)
Custos dos serviços de esgoto.....		(83.551)	(74.086)
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto.....		(64.364)	(63.298)
Custo dos serviços prestados.....	27	(298.683)	(272.660)
Lucro bruto.....		320.244	282.979
Despesas comerciais.....	29	(68.920)	(62.773)
Despesas administrativas.....	30	(124.521)	(117.285)
Participação dos empregados.....	25	(10.892)	(10.081)
Resultados dos serviços de construção.....	14	2.615	1.035
(Outras despesas) receitas operacionais líquidas.....		7.587	(3.991)
		<u>(194.131)</u>	<u>(193.095)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos.....		126.113	89.884
Resultado financeiro.....	28	(3.928)	(4.927)
Resultado antes dos impostos.....		122.185	84.957
Imposto de renda.....	31	(15.604)	(10.350)
Contribuição social.....	31	(5.847)	(3.860)
		(21.451)	(14.210)
Lucro Líquido do Exercício.....		<u>100.734</u>	<u>70.747</u>
Lucro por ação.....		<u>0,06</u>	<u>0,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido do Exercício.....	100.734	70.747
Plano de Aposentadoria.....	11.925	1.855
Resultado abrangente total.....	<u>112.659</u>	<u>72.602</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Investimentos				Legal
Saldo 01 de Janeiro de 2013.....		1.123.874	61.736	17.390	49.860	-	1.252.860
Aumento de capital social.....	25.3	436.346	-	-	-	-	436.346
Absorção da reserva de investimentos.....	25.3	32.869	(32.869)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	70.747	-	70.747
Realização do ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	(4.345)	4.345	-	-
Outros resultados abrangentes.....		-	-	1.855	-	-	1.855
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal.....	25.3	-	-	3.537	(3.537)	-	-
Constituição da reserva de investimento.....	25.3	-	28.555	-	(28.555)	-	-
Juros sobre capital próprio.....	25.4	-	-	-	(43.000)	-	(43.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....		<u>1.593.089</u>	<u>57.422</u>	<u>20.927</u>	<u>47.370</u>	<u>-</u>	<u>1.718.808</u>
Saldo 01 de Janeiro de 2014.....		1.593.089	57.422	20.927	47.370	-	1.718.808
Aumento de capital social.....	25.3	145.569	-	-	-	-	145.569
Absorção da reserva de investimentos.....	25.3	28.553	(28.553)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	100.734	-	100.734
Realização do ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	(4.222)	4.222	-	-
Outros resultados abrangentes.....		-	-	11.925	-	-	11.925
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal.....	25.4	-	-	5.036	(5.036)	-	-
Constituição da reserva de investimento.....	25.5	-	42.420	-	(42.420)	-	-
Juros sobre capital próprio.....	25.4	-	-	-	(57.500)	-	(57.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....		<u>1.767.211</u>	<u>71.289</u>	<u>25.963</u>	<u>55.073</u>	<u>-</u>	<u>1.919.536</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**CNPJ: 28.151.363/0001-47****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro Líquido do Exercício	100.734	70.747
Ajustes do resultado do exercício		
Depreciação e amortização	54.579	76.253
Impairment contas a receber de clientes.....	621	928
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos	-	652
Resultado na Alienação de imobilizado.....	-	4.425
Provisões.....	6.031	7.705
Participação dos empregados	10.892	10.081
Resultado de Construção	(2.615)	(1.035)
Outras Receita não monetárias	<u>(11.638)</u>	<u>(8.475)</u>
	57.870	90.534
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a Receber de Clientes	(26.470)	(17.060)
Estoque de material	342	(954)
Despesas antecipadas	(481)	39
Impostos a recuperar	(1.997)	(5.587)
Depósitos judiciais	-	(5.408)
Outros	<u>(9.443)</u>	<u>(12.172)</u>
	(38.049)	(41.142)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	7.761	(117)
Salários, férias e encargos sociais.....	1.664	8.373
Impostos e contribuições	(382)	(5.075)
Contribuições à FAECES.....	(5.674)	(7.584)
Provisões.....	(2.830)	(8.896)
Outros	<u>200</u>	<u>(2.150)</u>
	739	(15.449)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais.....	<u>20.560</u>	<u>33.943</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(153.448)	(184.497)
Contratos de Concessões Indenizáveis.....	<u>(4.196)</u>	<u>(29.368)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(157.644)</u>	<u>(213.865)</u>
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Obtenção empréstimo bancário	19.214	28.161
Amortização empréstimo bancário	(54.489)	(88.583)
Juros sobre Capital Próprio	(184)	-
Participação de empregados.....	(9.905)	(8.357)
Crédito de acionistas.....	-	215.000
Aumento Subvenções para investimentos...	3.965	14.404
Aplicação financeira em garantia.....	<u>-</u>	<u>5.231</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos.....	<u>(41.398)</u>	<u>165.856</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>(77.748)</u>	<u>56.681</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	85.493	28.812
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.745</u>	<u>85.493</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>(77.748)</u>	<u>56.681</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Geração do valor adicionado		
Receita Líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto	618.927	592.475
PIS/COFINS	<u>62.962</u>	<u>-</u>
Receita Bruta dos serv. de abastecimento de água e esgoto.....	681.889	592.475
Outras receitas.....	15.739	2.973
Provisões diversas	(2.932)	(2.070)
Resultados não operacionais	<u>(2.823)</u>	<u>(4.086)</u>
	691.873	589.292
Geração do valor adicionado		
Materiais consumidos	(17.349)	(15.732)
Serviços consumidos e outros custos.....	(157.936)	(127.353)
Energia e outras despesas operacionais	<u>(58.052)</u>	<u>(48.752)</u>
	(233.337)	(191.837)
Retenções		
Depreciação e amortização	<u>(54.579)</u>	<u>(76.253)</u>
	(54.579)	(76.253)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia.....	<u>403.957</u>	<u>321.202</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Dividendos de investimentos avaliados ao custo	-	8
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	14.170	19.780
Aluguéis.....	219	220
	<u>14.389</u>	<u>20.008</u>
Valor adicionado total a distribuir.....	<u>418.346</u>	<u>341.210</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Salários e encargos.....	111.582	107.650
Participação dos empregados nos lucros	10.893	10.081
Planos de aposentadoria e pensão	14.388	4.003
Assistência médica e odontológica	7.366	6.907
	<u>144.229</u>	<u>128.641</u>
Governo	118.614	89.411
Financiadores.....	54.769	52.411
Acionistas.....	57.500	43.000
Lucros retidos	<u>43.234</u>	<u>27.747</u>
	<u>418.346</u>	<u>341.210</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN, com sede na cidade de Vitória – ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282 de 8 de fevereiro de 1967, alterada pela Lei nº 2.295 de 13 de julho de 1967 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809 de 20 de setembro de 1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, buscando a satisfação da sociedade, dos clientes, acionistas e colaboradores.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessão com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também

a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

Com aprovação da Lei 9.772, em dezembro de 2011, pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, a CESAN foi autorizada a atuar também no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia atuava em 52 municípios de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 865.306 economias em abastecimento de água (843.194 em 31.12.2013) e 373.080 economias em esgotamento sanitário (342.225 em 31.12.2013). As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água		Concessões de Esgoto		Término Concessão
	Nº de Economias 31.12.2014	Nº de Economias 31.12.2013	Nº de Economias 31.12.2014	Nº de Economias 31.12.2013	
Vila Velha	172.829	166.484	66.965	57.372	7/3/2055
Serra	157.433	151.851	77.742	72.751	7/3/2043
Vitória.....	143.088	141.941	97.408	91.025	7/3/2055
Cariacica	116.849	114.786	38.251	32.765	7/3/2055
Guarapari.....	61.931	60.504	31.685	30.239	7/3/2055
Viana.....	18.369	17.931	7.723	7.084	7/3/2055
Piuma	13.034	12.169	7.404	6.888	10/10/2022
Nova Venécia	12.406	12.012	0	0	20/7/2039
Castelo	10.697	10.430	8.958	8.705	18/7/2022
Barra de São Francisco.....	10.512	10.285	2.761	2.756	3/7/2022

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A Companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de abril de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa 20.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas:

- 06 – Créditos e contas a receber de usuários
- 12 – Imobilizado
- 13 – Intangível
- 14 – Contrato de concessões indenizáveis
- 19 – Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais
- 20 – Contribuições para FAECES (Benefícios pós-emprego)

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro rata temporis* até a data do balanço.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negocia-

ção na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

(i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos a receber, contratos de concessão indenizáveis, e créditos de acionistas.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos da dívida até o vencimento, então tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

(i) Classificação

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Passivos financeiro não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Contas a receber

(i) De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe

uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão dos títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$5 são consideradas perdas assim que atinjam 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

Provisão Complementar

A Administração constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

f. Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei 11.445/2007- Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

O Intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

g. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	Anos
Edificações e Estruturas.....	25
Móveis e utensílios.....	10
Veículos e equipamentos de transporte.....	5
Máquinas e equipamentos.....	10
Equipamentos - Laboratório	10
Computadores e periféricos.....	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos

de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

i. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 12 meses.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade da Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

l. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder 240 anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

(i) Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

(iii) Impostos sobre a venda

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS- Programa de Integração Social.....	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer Consultivo nº 80/1985/SEFAZ-ES, ratificado pelo Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

m. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(iii) Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

(iv) Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados na rubrica participação de empregados, no passivo circulante, e participação dos empregados, no resultado.

n. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Companhia recebe ainda recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31/12/2014, conforme Decreto Estadual nº 2.826-R de 11/08/2011, condicionado o benefício a que:

O valor correspondente à isenção do imposto seja aplicado nos seguintes projetos:

- (i) Projeto de adesão aos sistemas de esgotamento sanitário operados pela Companhia, na busca da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, em consonância com o Plano de Governo 2011-2014, Eixo Estratégico Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana;
- (ii) Projeto de utilização de energias renováveis, contemplando o custeio das despesas relacionadas a pesquisas, levantamentos; e
- (iii) Projeto de uso racional da água, contemplando o custeio das despesas relacionadas a pesquisas, levantamentos, ensaios e implantação das ações.

o. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

p. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

(iv) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contrapõem aos custos em sua correta competência.

(v) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital - WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

q. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre imponderabilidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

r. Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do art.9º da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

s. Contratos de concessão

A Companhia está desenvolvendo várias ações para renovação dos Contratos de Concessões e elaboração dos Planos Municipais de Saneamento em parceria com os Municípios que detêm a concessão. O prazo médio de validade dos contratos é de 30 anos. De um total de 52 concessões existem 05 contratos vencidos, todavia, com Termos de Compromisso para continuidade da operação e exploração dos sistemas até que seja assinado o novo Contrato de Programa, 01 contrato vence em 2015, e, 46 vencem entre 2016 e 2055 e estão em fase de renovação de acordo com as novas dire-

trizes estabelecidas pela Lei 11445/2007 - Marco Regulatório. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2014, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI-ES e é revisado anualmente (normalmente no mês de julho), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

t. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

u. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

v. Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial

Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida, deve causar algum impacto nos ativos e passivos financeiros da Companhia.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	68	65
Bancos - conta movimento	6.588	3.069
Aplicações financeiras curto prazo - Equivalentes de caixa	1.089	82.359
Total	7.745	85.493

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Aplicações Financeiras	31.12.2014	31.12.2013
Banestes	1.089	33.822
Banco do Brasil	-	10.118
Caixa Econômica Federal	-	38.419
Total	1.089	82.359

A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósitos Bancários - CDB's que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 99% do fundo DI.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

6 CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31.12.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários.....	115.639	3.971	119.610	94.833	3.674	98.507
Valores a receber de Parte relacionada	1.865	-	1.865	4	-	4
Consumo não faturado	29.174	-	29.174	26.121	-	26.121
Total Contas a Receber	146.678	3.971	150.649	120.958	3.674	124.632
Arrecadação a discriminar.....	(1.114)	-	(1.114)	(2.187)	-	(2.187)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.124)	-	(18.124)	(17.504)	-	(17.504)
	(19.238)	-	(19.238)	(19.691)	-	(19.691)
	127.440	3.971	131.411	101.267	3.674	104.941

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água/esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste exercício.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31.12.2014	31.12.2013
Valores a Faturar	29.174	26.121
Valores faturados		
A vencer (circulante + não circulante).....	52.458	52.655
Vencidos até 30 dias	17.427	5.460
Vencidos de 31 a 60 dias	10.216	8.414
Vencidos de 61 a 90 dias	6.921	5.436
Vencidos de 91 a 120 dias	5.500	4.185
Vencidos de 121 a 150 dias.....	4.860	3.732
Vencidos de 151 a 180 dias.....	4.509	3.450
Vencidos acima de 180 dias	7.860	7.580
	138.925	117.033
Parcelamentos a vencer.....	11.724	7.599
Total	150.649	124.632

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu o montante de R\$41.233(R\$33.958 em 31/12/2013) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado do período.

	31.12.2014	31.12.2013
Em 1º de janeiro	17.504	15.512
Provisão para perdas de contas a receber	41.853	35.950
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis ..	(41.233)	(33.958)
Em 31 de março	18.124	17.504

A exposição da Companhia a riscos de crédito esta divulgada na nota explicativa 23.

6.1 Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

5 VALORES MOBILIÁRIOS - APLICAÇÃO FINANCEIRA

A Companhia mantém aplicado em conta poupança na Caixa Econômica Federal recursos oriundos de repasse do Governo do Estado destinados a execução de obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos Municípios de Nova Venécia, Pancas e Santa Leopoldina.

Aplicações Financeiras	31.12.2014	31.12.2013
SES Nova Veneçia	2.483	
SES Pancas.....	808	
SAA Santa Leopoldina	191	
Total	3.482	

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

Cliente	31.12.2014	31.12.2013
Arquivo Público Estadual.....	1	-
Assembleia Legislativa	21	-
Banestes	5	-
Bandes	1	-
Cia de Transportes Urbanos Grande Vitória.....	74	-
Corpo de Bombeiros Militar	7	-
Departamento Estadual de Estradas e Rodagem	5	-
Defensoria Pública do Espírito Santo	3	-
Departamento de Imprensa Oficial.....	3	-
Departamento Estadual de Trânsito do ES.....	19	-
Estado do Espírito Santo.....	13	-
Faculdade de Música do Estado do Espírito Santo	1	-
Instituto Atendimento Sócio Educativo ES.....	97	-
Instituto de Defesa Agrop. e Florestal do ES.....	6	-
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	6	-
Instituto Jones dos Santos Neves.....	1	-
Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação	2	-
Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais	3	-
Ministerio Público do ES.....	11	-
Policia Civil - Delegacias e Distritos	28	-
Policia Militar	52	-
Procuradoria Geral do Estado	3	-
Secr. de Estado da Saúde	260	3
Secr. Estado de Ciência e Tecnologia	2	-
Secr. Estado de Esporte e Lazer.....	16	-
Secr. Estado de Segurança Pública	9	-
Secr. Estado da Fazenda	10	-
Secretaria Estado de Cultura	5	-
Secretaria Estadual da Justiça	671	-
Secretaria Estadual de Agricultura	26	-
Secretaria Estadual de Educação	422	-
Secretaria Estadual de Turismo.....	1	-
Secre Estado Gestão e Recursos Humanos	6	-
Radio e Televisão Espírito Santo	1	-
Tribunal de Contas do ES	7	-
Tribunal de Justiça.....	65	-
Outros	3	1
Total	1.865	4

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

7.1 Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Imposto de renda antecipado (a).....	11.342	9.586
Contribuição Social antecipada (a).....	2.945	2.693
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96...	2.408	1.385
PASEP Lei nº 9.430/96	654	571
Outros Tributos a recuperar	97	1200
Contribuições previdenciárias	3	17
Total.....	<u>17.449</u>	<u>15.452</u>

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 31.

8 ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Adiantamento a Fornecedores	140	115
Adiantamento a empregados.....	4.939	4.501
Créditos de Órgãos Públicos	189	290
Convênio Prefeitura Vila Velha	0	2.703
Convênio Prefeitura Vitória (a)	7.404	7.404
Convênio Prefeitura Águia Branca (b)	750	750
Convênio ICMS (c).....	7.748	11.475
Outros Convênios	148	105
Total.....	<u>21.318</u>	<u>27.343</u>

(a) Prefeitura de Vitória – A Companhia firmou o Convênio nº 244/2011 com o município de Vitória para execução de obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Grande Vitória e adjacências no valor de R\$7.404, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN.

(b) Prefeitura de Águia Branca – A Companhia firmou o Convênio nº 147/2011 com o município de Águia Branca para obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede do município no valor de 750, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da Companhia.

(c) Governo do Estado-Convênio ICMS – Valor referente a créditos da Companhia oriundos da isenção de ICMS nas contas de energia elétrica conforme Decreto Estadual nº 2826-R de 11/08/11 que serão apropriados a medida que ocorrem os gastos com os programas que estão sendo desenvolvidos na Companhia com o referido recurso.

9 IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no passivo não circulante correspondem ao saldo de ajustes temporários incidentes sobre a apuração do imposto de renda e da contribuição social, bem como de efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 no exercício de 2008 e de novos pronunciamentos contábeis até o presente exercício.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>		<u>Líquidos</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas de clientes - PCLD	12.898	12.898	-	-	12.898	12.898
Contingências Trabalhistas e Cíveis	31.394	30.204	-	-	31.394	30.204
Atualiz. Processos INSS	16.350	18.723	-	-	16.350	18.723
Reserva de reavaliação.....	-	-	(170.423)	(176.820)	(170.423)	(176.820)
Ajustes de RTT	1.665	4.632	-	-	1.665	4.632
Estudo atuarial Faeces.....	332	332	-	-	332	332
Base - diferença temporária	62.639	66.789	(170.423)	(176.820)	(107.784)	(110.031)
Impostos ativos (passivos)	<u>21.297</u>	<u>22.708</u>	<u>(57.973)</u>	<u>(60.150)</u>	<u>(36.676)</u>	<u>(37.442)</u>

Movimento em diferenças temporárias durante o ano

	<u>Saldo em</u>	<u>Reconhecido</u>	<u>Saldo em</u>
	<u>31.12.2013</u>	<u>na apuração</u>	<u>31.12.2014</u>
		<u>do tributo</u>	
Reserva de reavaliação....	(60.150)	2.177	(57.973)
Diferenças temporárias ...	22.708	(1.411)	21.297
	<u>(37.442)</u>	<u>766</u>	<u>(36.676)</u>

10 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - EM GARANTIA

Investimentos mantidos até o vencimento, que compreendem aplicações financeiras em garantia pelos empréstimos e financiamentos contraídos junto ao BNDES.

Aplicações Financeiras	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
BNDES Garantia (a).....	-	2.212
Total.....	<u>-</u>	<u>2.212</u>

a. Valor correspondente à garantia ao Contrato de Financiamento com o BNDES em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 99% do fundo DI. O saldo da conta foi resgatado no mês 02/2014 em virtude da quitação do empréstimo com o BNDES.

11 ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Convênio 39/2011 - Prefeitura Municipal de Vila Velha.....	2.699	-
Total.....	<u>2.699</u>	<u>-</u>

Prefeitura de Vila Velha – A Companhia firmou o Convênio nº 039/2011 com o Município de Vila Velha para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Terra Vermelha e Adjacências sendo desembolsado até 31.12.2014 o valor R\$2.699. Após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

12 IMOBILIZADO

12.1 Composição dos saldos

	31.12.2014		31.12.2013	
	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Total Líquido
Terrenos.....		3.843	-	3.843
Edificações e estruturas.....	4	20.736	(7.771)	12.965
Móveis e utensílios.....	10	8.256	(4.397)	3.859
Veículos Equip. Transportes.....	20	21.285	(14.523)	6.762
Máquinas e Equipamentos	10	10.148	(5.902)	4.246
Equipamentos - laboratório.....	10	664	(591)	73
Computadores e periféricos.....	20	18.202	(14.148)	4.054
Total.....		83.134	(47.332)	35.802

A depreciação do exercício apropriada ao resultado em 31.12.2014 foi de R\$7.980(R\$5.155 em 31 de dezembro de 2013) como despesa administrativa.

12.2 Movimentação

	2013			2014			Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	
Terrenos.....	3.768	75	-	3.843	-	-	3.843
Edificações e estruturas.....	18.844	1.039	-	19.883	853	-	20.736
Móveis e utensílios.....	6.312	547	(1)	6.858	1.409	(8)	8.259
Veículos Equip. Transportes.....	15.718	6	(80)	15.644	5.637	-	21.281
Máquinas e Equipamentos	7.767	872	-	8.639	1.518	(8)	10.149
Equipamentos - laboratório	622	1	-	623	41	-	664
Computadores e periféricos.....	15.500	3.597	(1.058)	18.039	167	(4)	18.202
Subtotal.....	68.531	6.137	(1.139)	73.529	9.625	(20)	83.134
Depreciação Acumulada	(34.197)	(6.293)	1.138	(39.352)	(7.995)	15	(47.332)
Subtotal.....	34.334	(156)	(1)	34.177	1.630	(5)	35.802

13 INTANGÍVEL

13.1 Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento.

	2014		2013	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativos da Concessão Líquidos	2.054.717	(609.144)	1.445.573	1.391.470
Intangível em andamento.....	617.361	-	617.361	559.961
Softwares.....	48.066	(25.225)	22.841	7.199
Total.....	2.720.144	(634.369)	2.085.775	1.958.630

O saldo da conta Obras em Andamento em 31 de dezembro de 2014, no total de R\$617.361, refere-se obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$177.182; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$345.416; R\$27.146 em materiais para aplicação em obras e R\$70.976 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela CESAN. Durante o exercício de 2014 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia no montante de R\$4.944 (R\$9.228 no exercício 2013).

(a) A amortização do exercício apropriada ao resultado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$70.983 (R\$71.098 no exercício de 2013).

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos.

As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b.

Os comparativos para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação.

As projeções das receitas nos fluxos de caixa foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³.

O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa) na data final das estimativas dos fluxos do caixa também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato.

As projeções de despesas nos fluxos de caixa foram realizadas por grupo de análise e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta.

A taxa de desconto utilizada para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que são de operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

13.2 Movimentação

Intangível	2013					Saldo em 31.12.2013
	Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transfer.	Amortização	
Ativos da Concessão Líquidos	1.421.084	2.805	(49.977)	83.367	(65.809)	1.391.470
Intangível em andamento	407.044	240.975	-	(88.058)	-	559.961
Software	7.432	91	-	4.965	(5.289)	7.199
	1.835.560	243.871	(49.977)	274	(71.098)	1.958.630

Intangível	2014					Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transfer.	Amortização	
Ativos da Concessão Líquidos	1.391.470	10.758	(227)	110.636	(67.064)	1.445.573
Intangível em andamento	559.961	194.028	(7.604)	(129.024)	-	617.361
Software	7.199	1.173	-	18.388	(3.919)	22.841
	1.958.630	205.959	(7.831)	-	(70.983)	2.085.775

14 CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, R\$92.558 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$88.362 em 31 de dezembro de 2013). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados abaixo:

	31.12.2014	31.12.2013
Receitas de Construção	18.463	7.304
Custos de Construção	(15.848)	(6.269)
Total	2.615	1.035

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

15 FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores de materiais	2.315	2.244
Fornecedores de serviços	44.438	36.748
Total	46.753	38.992

16 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	31.12.2014			31.12.2013		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional						
BNDES	-	-	-	1.421	10.779	12.200
BANESTES-FINAME	174	695	869	-	-	-
BNDES-DEBÊNTURES	-	-	-	1.739	27.014	28.753
BANESTES-LEASING	2.278	2.072	4.350	2.579	4.350	6.929
CEF	8.855	149.254	158.109	9.544	143.177	152.721
Total	11.307	152.021	163.328	15.283	185.320	200.603

	31.12.2013	Adições	Amortização	31.12.2014
BNDES	12.200	-	12.200	-
CEF	152.721	18.345	12.957	158.109
Banestes Fianame	-	869	-	869
Debêntures	28.753	-	28.753	-
Leasing	6.929	-	2.579	4.350
	200.603	19.214	56.489	163.328

Caixa Econômica Federal – Formado por 41 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2035. As taxas de juros dos contratos variam de 5,00% à 9,50% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial – TR.

Garantia dos Contratos da Caixa Econômica:

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

"O Tomador oferece à CAIXA, a partir da data de assinatura deste contrato em caráter irrevogável e irretroatável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s)

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**CNPJ: 28.151.363/0001-47**

de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 à 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei 11.107, de 6 de Abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de 03 (três) vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para este contrato, permanecendo, a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas neste contrato, depositada na Conta Arrecadadora."

BANESTES – Existem 02 contratos de leasing junto ao Banco do Estado do Espírito Santo para aquisição de veículos e computadores com as seguintes características:

Contrato nº 72/2012 com correção de 1,45% a.m., e vencimento em Abril/15 e o Contrato nº 268/2013 com vencimento em Novembro/2016 e correção de 1,30% a.m.

BANESTES – Em Dezembro de 2014 foram assinadas duas Cédulas de Crédito bancário com o Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes, providas com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira e originários de repasse do BNDES e da Agência Especial de Financiamento – FINAME, através do Programa de Sustentação do Investimento – PSI, sendo o Banestes o agente financeiro desta operação. Esta operação destina-se à aquisição de 05 caminhões e 25.000 hidrômetros. As garantias das obrigações assumidas nas cédulas de crédito pela Cesan, serão os próprios bens a serem adquiridos na forma de alienação fiduciária.

A composição de cada Cédula é a seguinte:

Operação nº 2014/000130-1.

Assinatura: 05/12/2014.

Finalidade: aquisição de 05 caminhões.

Programa: BNDES/FINAME/PSI.

Valor: R\$869

Taxa de Juros: 6,00% a.a.

Carência: 06 meses.

02 parcelas trimestrais de juros vencendo a primeira em 15/03/2015.

30 parcelas mensais de amortização vencendo a primeira em 15/07/15.

Prazo total: 36 meses

Operação nº 2014/41693-2.

Assinatura: 30/12/2014.

Finalidade: aquisição de 25.000 hidrômetros.

Programa: BNDES/FINAME/PSI.

Valor: R\$1.175

Taxa de Juros: 6,00% a.a.

Carência: 12 meses.

04 parcelas trimestrais de juros vencendo a primeira em 15/04/2015.

48 parcelas mensais de amortização vencendo a primeira em 15/02/16.

Prazo total: 60 meses.

17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31.12.2014	31.12.2013
ISS Retido na Fonte	1.543	1.885
Imposto de renda	129	1.064
Contribuição social.....	240	433
Contribuições retidas na fonte	270	-
PIS	2.580	341
COFINS.....	2.671	1.572
INSS Retido na fonte.....	1.173	1.552
INSS Paes	-	300
Tributos parcelados - REFIS	-	314
Outras retenções e contribuições	19	308
Imposto de renda Retido na Fonte	1.847	1.589
Total.....	10.472	9.358

18 SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS A PAGAR

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	31.12.2014	31.12.2013
Salários a pagar	4	3
Pensionistas a pagar	11	11
INSS a pagar	7.625	8.191
FGTS a pagar.....	2.491	2.244
Sesi/Senai a pagar	133	124
Consignações a pagar	944	851
Férias a pagar.....	11.396	10.127
Licença Prêmio.....	4.406	3.795
Total.....	27.010	25.346

19 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**19.1 Provisões**

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos Judiciais		Processos Judiciais	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Cível (a).....	7.675	7.403	1.359	205
Tributária	7.846	7.359	16.231	18.723
Trabalhista (b)	21.208	23.277	29.092	30.584
Total.....	36.729	38.039	46.682	49.512
Curto prazo	-	-	3.011	3.349
Longo prazo....	36.729	38.039	43.671	46.163

Movimentação dos Processos Judiciais

Circulante	Movimentação dos Processos Judiciais			
	31.12.2013	Adições	Baixas	31.12.2014
Trabalhista.....	3.144	8.029	9.521	1.652
Cível.....	205	3.037	1.883	1.359
Total.....	3.349	11.066	11.404	3.011
Não circulante	Movimentação depósitos judiciais			
Trabalhista.....	27.440	-	0	27.440
Cível e Ambiental	44	-	44	-
Fiscal.....	18.723	-	2.492	16.231
Total.....	46.207	-	2.536	43.671
Trabalhista.....	30.584	8.029	9.521	29.092
Cível.....	249	3.037	1.927	1.359
Fiscal.....	18.723	-	2.492	16.231
Total.....	49.556	11.066	13.940	46.682

Movimentação depósitos judiciais

Não Circulante	Movimentação depósitos judiciais			
	31.12.2013	Adições	Baixas	31.12.2014
Trabalhista.....	23.277	5.898	7.967	21.208
Cível e Ambiental	7.403	3.416	3.144	7.675
Tributário	7.359	487	0	7.846
Total.....	38.039	9.801	11.111	36.729

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

(b) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.

- (c) Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.

19.2 Passivos Contingentes

A Companhia discute outras ações consideradas pelos seus assessores jurídicos como probabilidade de perdas possíveis. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31.12.2014	31.12.2013
Cível (i).....	357	514
Trabalhista (ii).....	22.262	17.417
Tributária	3864	3.864
Ambiental.....	3.427	1.732
Total.....	29.910	23.527

20 CONTRIBUIÇÕES PARA FAECES (BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO)

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

20.1 Plano de benefício definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

20.1.1 Plano de custeio

- Contribuição mensal e jóia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

20.1.2 Benefícios

Plano instituído em 25.04.1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames das Leis Complementares nº 108/01 e 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a. Salário de participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b. Salário real de benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c. Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial) será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

• Carências (Aposentadoria Programada)

- Idade mínima: 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- Tempo mínimo de empresa: 10 anos (fundadores);
- Tempo mínimo de plano: 15 anos (não fundadores).

• Carência (Aposentadoria por invalidez)

- Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

• Da Suplementação de Aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

• Da Suplementação de Pensão

- Por morte em atividade: 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte.
- Por morte na aposentadoria: 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

• Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

• Do Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

20.2 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

20.2.1 Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar;
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento;
- Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitan-

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

do-se o mínimo de 1% (um por cento), efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;

- Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.

● Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento:

- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% (sete por cento) do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências:

- a. Término do vínculo por qualquer razão;
- b. Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- c. Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

20.2.2 Benefícios

Plano instituído em 01.02.2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável.

a. Salário-de-participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá a soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

b. Salário real de benefício

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 (doze) últimos Salários de Participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês

da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

c. Unidade mínima FAECES

Valor correspondente a R\$447,33 (quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e três centavos) em 31.12.2014, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, da Fundação IBGE.

d. Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

- Carências (Aposentadoria Programada): a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:

- Tenha completado 10 anos de contribuição para o Plano;
- Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador;

- Tenha atingido a idade mínima:

- Aposentadoria Normal: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade;
- Aposentadoria Antecipada: 50 (cinquenta) anos de idade.

- Carência (Aposentadoria por invalidez)

- Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

- Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.

- Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

- Da Renda de Aposentadoria por Invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- o resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;

- a diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e

- 10% do salário-real-de-benefício.

- Da Renda de Pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- o resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;

- a diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e

- 10% do salário-real-de-benefício.

- Da Renda de Pensão por morte na aposentadoria

- no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo participante falecido na data da sua aposentadoria.

- no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

- Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

- Do Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

(INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

20.3 Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

20.3.1 Hipóteses econômicas e financeiras

20.3.1.1 Indicadores

- Indexador Econômico: INPC;
- Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 6,11% a.a.;
- Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 6,49% a.a.;
- Taxa para desconto a valor presente: Inflação + 6,11% a.a.;
- Crescimento real anual de salários: 0,5%;
- Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo;

20.3.1.2 Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- Capacidade Salarial: Não adotado.
- Capacidade do benefício: Não adotado

20.3.2 Hipóteses biométricas e demográficas

20.3.2.1 Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- Mortalidade Geral: AT 2000-10;
- Entrada em Invalidez: LIGHT (média);
- Mortalidade de Inválidos: IAPB 57 Forte.

20.3.2.2 Demográfica (Ativos)

- Rotatividade: 0,0%;
- Geração Futura: Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

20.3.3 Outras hipóteses

- Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarem quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- Composição familiar do participante: considera-se que 95% são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;
- Composição familiar do participante aposentado e do pensionista: adotado a composição familiar real.

20.4 Política Contábil Adotada pela CESAN no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A CESAN adota como procedimento a participação dos empregados na formação do custo do plano através de suas contribuições mensais de acordo com os itens 92 e 93 do CPC 33, para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa.

A parcela dos ganhos e perdas atuariais do plano será reconhecida, conforme definido acima, dividido pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano.

Com base em parecer de atuário independente, seguem as informações requeridas de acordo com o CPC 33.

Plano Básico

Exercício fiscal findo em: **31.12.2014** **31.12.2013**

A.Reconciliação do valor das obrigações atuariais

Valor das obrigações no início do ano	312.136	318.018
Custo do serviço corrente	33	9.896
Juros sobre a obrigação atuarial	38.175	25.942
Benefícios pagos no ano	(15.924)	(15.969)
(Ganho)/perda atuarial	(24.131)	(25.762)
Valor das obrigações no final do ano .	310.289	312.125

B.Reconciliação do valor justo dos ativos

Valor justo dos ativos no início do ano.....	221.818	218.291
Rendimento esperado no ano	26.375	17.807
Contribuições de patrocinadoras	2.625	2.691
Contribuição de participantes vertidas ao Plano	3.253	1.740
Benefícios pagos no ano	(15.924)	(15.959)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	(12.072)	(2.752)
Valor justo dos ativos no final do ano	226.075	221.818

C.Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	310.289	312.136
Valor justo dos ativos do plano	(226.075)	(221.818)
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos.....	84.214	90.318
Passivo/(Ativo) líquido	84.214	90.318

D.Componentes da despesa / (receita) do plano

Custo do serviço corrente	33	9.896
Juros sobre as obrigações atuariais	38.175	25.942
Rendimento esperado dos ativos do plano	(26.375)	(17.807)
Amortização de (ganhos)/ perdas atuariais líquidos (incluindo parágrafo 58 (a))	-	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	11.833	18.031

E. Resumo dos Dados Cadastrais

	31.12.2014	31.12.2013
Participantes Ativos		
Quantitativo	521	531
Salário Médio	5.703	4.909
Idade Média.....	54	53,4
Tempo médio de serviço	30	29,1
Aposentados		
Quantitativo	616	683
Idade Média.....	67	65,8
Benefício médio.....	1.872	1.627
Pensões		
Quantitativo	150	148
Idade Média.....	61,0	61,5
Benefício médio.....	446	627

1.Componentes da despesa/ (Receita) do plano projetada para próximo ano

Custo do serviço corrente bruto.....	4.341	3.286
Juros sobre obrigação atuarial.....	40.453	38.175
Contribuições de participantes.....	(3.482)	(2.324)
Rendimento esperado dos ativos	(29.382)	(26.375)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos.....	-	-
Total da (despesa) / receita a ser reconhecida	(11.930)	12.762

2.Hipóteses usadas para determinar a despesa / (Receita) do plano

Taxa de juros nominal:		
Projeção salarial (ao ano):	0,50%	0,50%
Inflação (ao ano):	6,49%	5,80%
Fator de Capacidade dos Benefícios.....	96,99%	97,10%

20.5 Confissão de dívida

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezessete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$51.394 que deverá ser paga em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Em 30 de Dezembro de 2014 foi assinado o Termo Aditivo nº 02 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do novo Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) realizado neste exercício no valor de R\$11.388.

O quadro abaixo demonstra a posição da parcela amortizante relativa ao compromisso da CESAN junto à FAECES.

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contribuições para FAECES - Passivo circulante	4.886	5.127
Contribuições para FAECES - Passivo não circulante	21.763	15.848
Plano de aposentadoria - CPC 33 - Passivo não circulante	57.406	69.331
Total	84.055	90.306

Movimentação	Saldo em		Saldo em	
	31.12.2013	Adições	Baixas	31.12.2014
Dívida Atuarial				
Curto Prazo	5.127	5.335	(5.576)	4.886
Dívida Atuarial				
Longo Prazo	15.848	11.816	(5.901)	21.763
Reconhecimento				
CPC 33	69.331	-	(11.925)	57.406
	90.306	17.151	(23.402)	84.055

21 CRÉDITOS DE ACIONISTAS

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Créditos monetários de acionistas	3.086	65.000
Créditos do projeto águas limpas	-	39.090
Total	3.086	104.090

No exercício de 2014 o Governo do Estado do Espírito Santo realizou aumento de capital utilizando as contas de Crédito Monetário de Acionistas no valor de R\$65.000 e pela incorporação de obras do Projetos Águas Limpas no valor de R\$37.708, bem como outros valores conforme nota 25.3.

Movimentação dos Créditos de Acionistas

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.2014</u>
Créditos Monetários de Acionistas	65.000	3.086	65.000	3.086
Créditos Projeto Águas Limpas	37.708	-	37.708	-
	102.708	3.086	102.708	3.086

22 SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

A Companhia recebe ainda recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31/12/2014, conforme Decreto Estadual nº 2.826-R de 11/08/2011. Os valores registrado na conta segue abaixo:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Município de Cariacica (a)	330	338
Município de Viana (b)	215	220
Secret Estado de Turismo (c)	1.571	1.786
Secret. Estadual de Justiça (d)	-	282
Sedurb - Nova Venécia (e)	5.826	5.826
Sedurb - Santa Leopoldina (f)	745	745
Sedurb - Pancas (g)	3.982	3.982
Sedurb - Cariacica (h)	105	105
FINEP (i)	403	-
Governo do Estado-Conv. ICMS (j)	17.895	15.182
Sedurb - Mucurici (k)	1.359	-
Total	32.431	28.466

- Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação.
- Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação.
- Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, a obra em operação.
- Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do CDP, município de São Gabriel da Palha, com a obra em operação.
- Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Nova Venécia.
- Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Santa Leopoldina.
- Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede do Município de Pancas.
- Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Nova Rosa da Penha e adjacências, no município de Cariacica.
- Refere-se a recursos recebidos da FINEP, empresa vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia para financiamento de uma pesquisa para desenvolver soluções Tecnológicas para geração de biocombustíveis em Estação de Tratamento de Esgoto.
- A Companhia recebe recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31/12/2014, para ser gastos com itens de acordo com o item "n" da Nota 3. No exercício de 2014 a Companhia aplicou os recursos no Programa Se Liga na Rede que tem como objetivo ampliar o número de ligações dos clientes na Rede Coletora de Esgoto da Companhia.
- Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Mucurici.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro abaixo demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

	Mensuração	31.12.2014		31.12.2013	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Instrumentos Financeiros					
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de Caixa.....	Custo Amortizado	7.745	7.745	85.493	85.493
Valores mobiliários.....	Custo Amortizado	3.482	-	-	-
Contas a Receber de clientes.....	Custo Amortizado	131.411	131.411	104.941	104.941
Adiantamentos e Convênios	Custo Amortizado	21.318	21.318	27.343	27.343
Contratos de Concessão Indenizáveis	Custo Amortizado	92.558	92.558	88.362	88.362
Ativos financeiros mantidos até o vencimento					
Aplicações financeiras	Custo Amortizado	-	-	2.212	2.212
Total do Ativo Financeiro		256.514	253.032	308.351	308.351
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	Custo Amortizado	163.328	163.328	200.603	200.603
Fornecedores	Custo Amortizado	46.753	46.753	38.992	38.992
Créditos de Acionistas	Custo Amortizado	3.086	3.086	104.090	104.090
Total passivo financeiro		213.167	213.167	343.685	343.685

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de câmbio e risco de preços. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Risco de Preço

O fluxo de caixa da CESAN não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela Agência Reguladora de Saneamento e Infraestrutura viária do Estado do Espírito Santo (ARSI) para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado a variação da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descrito a seguir:

	Aumento / redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação
31.12.2014		
R\$ 163.328.....	+ 0,5%	817
	- 0,5%	(817)
31.12.2013		
R\$ 200.603.....	+ 0,5%	1.008
	- 0,5%	(1.008)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31.12.2014	31.12.2013
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	256.514	308.351
Passivos financeiros	(213.167)	(343.685)
	43.347	(35.334)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de Dezembro de 2014					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	7.745	-	7.745
Valores Mobiliários.....	5	-	3.482	-	-
Contas a receber de clientes e outros créditos.....	6	-	131.411	-	131.411
Adiantamentos e Convênios.....	8	-	21.318	-	21.318
Contrato de Concessão Indenizáveis.....	14	-	92.558	-	92.558
Total.....		-	256.514	-	253.032
Empréstimo bancário garantido.....	16	-	-	163.328	163.328
Fornecedores.....	15	-	-	46.753	46.753
Crédito de Acionistas.....	21	-	-	3.086	3.086
Total.....		-	-	213.167	213.167

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de Dezembro de 2013					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	85.493	-	85.493
Contas a receber de clientes e outros créditos.....	6	-	104.941	-	104.941
Adiantamentos e Convênios.....	8	-	27.343	-	27.343
Contrato de Concessão Indenizáveis.....	14	-	88.362	-	88.362
Aplicações Financeiras - Garantias.....	10	2.212	-	-	2.212
Total.....		2.212	306.139	-	308.351
Empréstimo bancário garantido.....	16	-	-	-	-
Fornecedores.....	15	-	-	200.603	200.603
Créditos de Acionistas.....	21	-	-	38.992	38.992
		-	-	104.090	104.090
Total.....		-	-	343.685	343.685

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo

As taxas de juros utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras, mais uma margem de crédito, conforme a seguir:

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos e financiamentos.....	6,56	7,75
Arrendamento mercantil.....	17,81	17,81
Total.....	24,37	25,56

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a um investimento em títulos patrimoniais, o risco sistemático da Tall Tree PLC e o risco específico da Companhia, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)

	31.12.2014	31.12.2013
AAA.....	2.965	50.700
A.....	4.712	34.728
Total.....	7.677	85.428

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Faixas de vencimento (i)

	Faixas de vencimento (i)				Total
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos	
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos	11.307	21.129	19.106	111.786	163.328
Créditos de Acionistas	3.086	-	-	-	3.086
Fornecedores e outras obrigações	46.753	-	-	-	46.753
Total	61.146	21.129	19.106	111.786	213.167
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos	15.283	27.947	26.002	131.371	200.603
Créditos de Acionistas	-	104.090	-	-	104.090
Fornecedores e outras obrigações	38.992	-	-	-	38.992
Total	54.275	132.037	26.002	131.371	343.685

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela CESAN nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (Receita Vinculada)		
		31.12.2014	31.12.2013
BNDES	20% da arrecadação tarifária da CESAN	-	2.212
		-	2.212

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31.12.2014	31.12.2013
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 16)	163.328	200.603
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 04)	7.745	85.493
Dívida líquida	155.583	115.110
Total do patrimônio líquido	1.919.536	1.718.808
Total do capital	2.075.119	1.833.918
Índice de Alavancagem financeira %	7	6
Índice de capital de terceiros %	8	7

24 PARTES RELACIONADAS

24.1 Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 84,53% das ações e de forma indireta através da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 15,03% das ações e pela Superintendência de Projetos de Polarização Industrial com 0,18% das ações, totalizando 99,74% das suas ações. Os 0,26% remanescentes são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado através de aporte de recursos para realização de obras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21, as demais

transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até o 31/12/2014 estão demonstrados nas notas 6.1 e 26.1, respectivamente.

24.2 Remuneração administradores

A remuneração paga aos Diretores e membros do Conselho de Administração e Fiscal no período findo em 31 de dezembro 2014 foi de R\$1.864 e encargos e benefícios no montante de R\$575.

	31.12.2014	31.12.2013
Remuneração	1.864	1.749
Benefícios	575	430
	2.439	2.179

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$1.767.210.956 (R\$1.443.089.174 em 31 de dezembro de 2013), representado por 1.767.210.956 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo	1.493.909.733	84,53%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	265.526.353	15,03%
Superintendência do Proj. Polarização (SUPPIN)	3.170.233	0,18%
Minoritários	4.604.637	0,26%
	1.767.210.956	100%

25.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

25.3 Aumento de capital

Em 11 de abril de 2014, por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, foi decidido aumentar o capital da Companhia, conforme decisão descrita em Ata. Os recursos foram provenientes de:

	31.12.2014	31.12.2013
Crédito de Acionistas	65.000	229.000
Dividendos/JSCP	42.860	43.628
Incorporação Obras Proj. Águas Limpas ..	37.709	163.717
Reservas de investimentos	28.553	32.869
Total	174.122	469.214

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

25.4 Dividendos

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido do exercício.....	100.734	70.747
Reserva legal (5%)	(5.036)	(3.537)
Realização da reserva de reavaliação.....	4.222	4.343
Base de cálculo dos dividendos.....	99.920	71.553
Dividendos (25%)	24.980	17.888
Juros sobre capital próprio.....	57.500	43.000
Imposto de renda retido na fonte.....	(27)	(24)
Valor líquido para distribuição.....	<u>57.473</u>	<u>42.976</u>

O saldo de Dividendos/JSCP de R\$57.473 não foi pago até 31 de dezembro de 2014.

25.5 Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 22 de Maio de 2012, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A previsão e realização dos investimentos de recursos financeiros, em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no exercício de 2015 está detalhado abaixo:

Programas	Previstos 2015		
	Recursos Próprios	Outras Fontes	Total Previsto
Implant. e Ampl. Sist. Abast. Água	40.618	5.523	46.141
Implant. e Ampl. Sist. Esgot. Sanitário ..	63.161	12.624	75.785
Desenv. Operacional / Institucional	23.142	-	23.142
Infraestrutura	4.727	-	4.727
	<u>131.648</u>	<u>18.147</u>	<u>149.795</u>

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a destinação do montante de R\$42.420 dos Lucros Acumulados para constituição de Reserva de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão de Sistemas de Abastecimentos de Água, Esgotamento Sanitário e Desenvolvimento Operacional e Institucional, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

25.6 Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da Companhia, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER - Gestão Empresarial por Resultados. O GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/00 alterada pela Lei 12.832/13. Foi aprovado pela Companhia através da Deliberação nº 4024/2013, que gera base para o valor da remuneração dos empregados. Em 2014, a base foi de dois salários-base, respeitada a lotação e proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2014.

A Companhia destinou, do resultado apurado em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$11.062 (R\$10.081 em 31 de dezembro de 2013) para fazer face a esse compromisso.

Participação dos Empregados	31.12.2014	31.12.2013
Início do Exercício.....	10.081	8.346
Pago no Exercício	(10.081)	(8.346)
Constituído no Exercício	<u>11.062</u>	<u>10.081</u>
Final do Exercício	<u>11.062</u>	<u>10.081</u>

26 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de economias		Valores em R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Fornecimento de água				
Residencial	789.985	787.769	357.848	318.326
Comercial	69.238	49.393	69.091	58.659
Industrial	1.289	1.267	63.775	59.928
Órgãos públicos.....	4.794	4.765	36.173	34.183
Outras receitas do fornecimento de água	-	-	4.642	5.500
	<u>865.306</u>	<u>843.194</u>	<u>531.529</u>	<u>476.596</u>
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	337.797	315.575	110.392	88.769
Comercial	33.305	24.801	27.112	18.191
Industrial	549	508	3749	2.634
Órgãos públicos.....	1.429	1.341	8.758	5.977
Outras receitas dos serviços de esgoto		0	349	308
	<u>373.080</u>	<u>342.225</u>	<u>150.360</u>	<u>115.879</u>
	<u>1.238.386</u>	<u>1.185.419</u>	<u>681.889</u>	<u>592.475</u>
(-) Deduções da receita				
PIS			(11.231)	(6.571)
COFINS.....			(51.731)	(30.265)
			(62.962)	(36.836)
Total.....			<u>618.927</u>	<u>555.639</u>

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

26.1 Faturamento com partes relacionadas

Os valores faturados relativos a partes relacionadas estão assim demonstrados:

Nome	31.12.2014	31.12.2013
Arquivo Público Estadual.....	8	9
Banestes.....	74	-
Bandes.....	15	-
Assembleia Legislativa.....	198	105
Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória.....	852	463
Corpo de Bombeiro Militar.....	62	53
Departamento Imprensa Oficial.....	24	11
Depto Estradas de Rodagem.....	53	6
Detran do Espírito Santo.....	147	6
Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.....	12	-
Estado do Espírito Santo.....	130	-
Faculdade de Música do Espírito Santo.....	10	5
Hospital da Polícia Militar.....	822	658
Iema Instit. Est. Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	52	25
Inst. Atend. Sócio Educativo ES.....	709	524
Inst. Capixaba de Pesquisa Assist. Técnica Ext. Rural.....	3	2
Inst. de Defesa Agrop. e Florestal do ES...	50	25
Inst. de Tecnologia da Informação e Comunico do ES.....	13	9
Inst. Jones dos Santos Neves.....	12	8
Ipajm - Instituto de Previdência do Espírito Santo.....	28	17
Junta Comercial do ES Jucees.....	7	6
Ministério Pub. do Estado ES.....	114	74
Polícia Civil Delegacias Distritos.....	248	153
Polícia Militar do Estado do Esp. Santo.....	548	351
Procuradoria Geral do Estado - PGE.....	29	20
Rádio e TV Espírito Santo.....	6	5
Secr. de Estado Assist. Social e Trabalho...	3	2
Secr. de Estado da Saúde.....	2.107	1.667
Secr. de Segurança Pública.....	90	40
Secr. de Ciência e Tecnologia.....	28	-
Secr. Estadual da Agricultura.....	309	241
Secr. Estadual da Cultura.....	40	39
Secr. Estadual da Fazenda.....	80	42
Secr. Estadual da Justiça.....	6.665	4.583
Secr. Estadual de Esportes e Lazer.....	203	124
Secr. Estadual de Planejamento e Orçamento.....	-	46
Secr. Estadual de Turismo.....	7	3
Secr. Estadual do Governo.....		88
Secr. Estadual de Educação.....	3.817	2.754
Secr. Estadual Gestao e Recursos Humanos.....	71	-
Tribunal de Contas do Estado.....	70	58
Tribunal de Justiça.....	624	432
Total Geral.....	18.340	12.654

27 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

A composição dos custos por natureza são os seguintes:

	Período findo em 31.12.2014	Período findo em 31.12.2013
Despesas com pessoal.....	(86.563)	(82.736)
Despesas com materiais.....	(12.987)	(13.902)
Energia Elétrica.....	(41.250)	(34.043)
Despesas com serv. de terceiros.....	(93.516)	(78.272)
Depreciação/Amortização.....	(64.368)	(63.707)
(298.684)	(272.660)	

28 RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	Período findo em 31.12.2014	Período findo em 31.12.2013
Receitas de juros e acréscimos.....	10.313	13.475
Receitas Fin. de ganho com aplicações....	3.856	5.903
Resultado de variação cambial ativa.....	-	403
	14.169	19.781
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos.....	(13.537)	(18.453)
Resultado de variação cambial passiva....	0	(1.055)
Taxas de serviços e demais tributos fiscais.....	(4.560)	(5.200)
	(18.097)	(24.708)
(3.928)	(4.927)	

29 DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	Período findo em 31.12.2014	Período findo em 31.12.2013
Despesas com pessoal.....	(12.561)	(12.153)
Despesas com material.....	(77)	(144)
Despesas com serviço de terceiros.....	(14.872)	(16.346)
Perdas no recebimento de tarifas.....	(47.878)	(40.114)
Reversão de perdas.....	6.644	6.158
Outras despesas.....	(176)	(174)
(68.920)	(62.773)	

30 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Período findo em 31.12.2014	Período findo em 31.12.2013
Despesas com pessoal.....	(63.853)	(55.780)
Despesas com materiais.....	(4.285)	(1.685)
Despesas com serv. de terceiros.....	(60.203)	(42.198)
Outras despesas.....	3.820	(17.622)
(124.521)	(117.285)	

31 CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Período findo em 31.12.2014	Período findo em 31.12.2013
Resultado antes dos Impostos.....	122.185	84.957
Juros sobre Capital Próprio.....	(57.500)	(43.000)
Base de Cálculo.....	64.686	41.957
Adições.....	903	942
Exclusões.....	(624)	(8)
Lucro Real.....	64.965	42.891

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.223	5.847	10.699	3.860
Incentivos Fiscais	(613)	-	(349)	-
Outros	(6)	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	15.604	5.847	10.350	3.860
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
· Prejuízos fiscais	-	-	-	(489)
· Regime Tributário transitório - RTT	563	203	2.791	1.005
· IRRF / CSRF	(645)	(50)	(305)	(37)
· Outros	-	-	1.382	497
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa efetiva	15.522	6.000	14.218	4.836
Alíquota Efetiva	33,27%		45,41%	

32 COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2014:

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Comprometimento de Capital	129.787	94.278	106.626	439.830

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz**

Diretora-presidente

Sandra Sily

Diretora de Operação Metropolitana

Jose Eduardo Pereira

Diretor de Relações com o Cliente

Carlos Fernando Martinelli

Diretor de Operação do Interior

Edmar José Zorzal

Gerente Financeiro e Contábil

Anselmo Tozi

Diretor de Meio Ambiente

Reginaldo José de Castro

Contador CRC 11.475 0/ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN
Vitória - ES

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que

são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para a Companhia, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MGAnderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, e com base no parecer da Auditoria Externa – KPMG Auditores Independentes, no sentido de que as demonstrações financeiras se apresentam adequadas em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis, sem ressalva, cujo ativo e passivo importam em R\$

2.438.717.752,00 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, setecentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta e dois reais) as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembléia Geral Ordinária.

Vitória, 22 de Abril de 2015.

Paulo Ruy Valim Carnelli

Conselheiro

Edson Luiz Bermudes Ferreira

Conselheiro

Sergio da Cunha Rodrigues

Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2014

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, cujo Ativo/Passivo

soma o montante de R\$ 2.438.717.752,00 (dois bilhões quatrocentos e trinta e oito milhões setecentos e dezessete mil e setecentos e cinquenta e dois reais), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 22 de Abril de 2015

João Carlos Coser

Presidente do C.A.

Denise de Moura C. Gazzinelli Cruz

Conselheira

Valdir Klug

Conselheiro

Robson Leite Nascimento

Conselheiro

Nildo Antônio Leite de Mendonça

Conselheiro

José Alves Paiva

Conselheiro